



Oliveira do Bairro câmara municipal

## Despacho n.º 265 – Mandato 2017/2021

**Assunto: Medidas de Caráter Preventivo – COVID-19 – Município de Oliveira do Bairro**

### **Teletrabalho**

Considerando:

- ❖ As orientações emanadas pela Direção-Geral de Saúde e demais autoridades de saúde;
- ❖ O Plano de Contingência | Doença por Covid-19 – Município de Oliveira do Bairro, aprovado através do Despacho Conjunto 1 – Mandato 2017/2021 de 09.03.2020.
- ❖ A implementação de um conjunto de medidas preventivas, oportunamente comunicadas e em vigor – Cfr. Despacho Conjunto 2 – Mandato 2017/2021 de 12.03.2020.
- ❖ A publicação, no dia 13 de março, do Decreto-Lei n.º 10-A/2020 que estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus - COVID 19;
- ❖ A adoção de medidas adicionais – através do Despacho Conjunto n.º3 – Mandato 2017/2021, de 15 de março de 2020;
- ❖ A necessidade de o Município assumir uma posição que contribua ativamente para a prevenção e o controlo do COVID-19;
- ❖ Embora não sejam conhecidos, até à presente data, casos de contaminação pelo Coronavírus na Câmara Municipal de Oliveira do Bairro e no universo de instalações municipais, tendo em conta a declaração de pandemia emanada pela OMS, os desenvolvimentos da dinâmica epidemiológica, a declaração do estado de alerta nacional, considera-se que na fase de mitigação em que nos encontramos, devem ser reforçadas as medidas que, de forma eficaz, contribuam para tal propósito.
- ❖ Importa salvaguardar e acautelar a saúde dos nossos trabalhadores e de todos aqueles com quem eles diariamente contactam, face a eventuais fontes de contágio;
- ❖ Os direitos fundamentais correlacionados com a prevenção da saúde, o princípio da igualdade, o princípio da racionalidade, o princípio do interesse público e o princípio da não discriminação [o DL n.º 10-A/2020, de 13 de março permite já a determinação unilateral ou a requerimento do trabalhador, sem necessidade de acordo das partes, da prestação subordinada de teletrabalho desde que compatível com as funções exercidas – artigo 29.º, nº1].
- ❖ A determinação de medidas preventivas concretas é a atitude mais adequada para a contenção deste surto, determinando a prudência e os princípios a que supra aludimos, que se adotem regras excecionais, em complemento e reforço das já implementadas, nomeadamente de **organização do trabalho no Município**.

### **Determino:**

1. De acordo com indicação dos dirigentes das Unidades Orgânicas, o recurso ao teletrabalho (com o horário de trabalho que até aqui detinham), com recurso aos meios adequados, mantendo a partir de casa todas as obrigações e deveres profissionais a que o seu vínculo com o município obriga, os seguintes trabalhadores:



Oliveira do Bairro câmara municipal

- a) Sílvia Oliveira e Miguel Duarte;
  - b) Joana Vidal e Nuno Santos;
  - c) Gustavo Pelichos e Catarina Cosme;
  - d) Lucília Azevedo e Paula Madeira;
  - e) Carlos Branquinho e José Crespo;
  - f) Catarina Figueiredo e Maria da Graça Gonçalves
  - g) Cláudia Águas e Cristina Vasques;
  - h) Fernão Queiroz;
  - i) Amorim Nunes;
  - j) Andreia Oliveira;
  - k) Helena Quinta,
  - l) Fátima Clemente;
  - m) Marta Ramísio;
  - n) Bárbara Batista.
2. Os trabalhadores indicados nas alíneas a) a g) prestarão serviço em regime de teletrabalho alternado (semanal), na ordem indicada.
  3. Nas atividades consideradas essenciais [designadamente Proteção Civil, Ação Social, Cemitérios e Centro de Recolha Animal] e que não seja possível o recurso ao teletrabalho, que a sua execução seja garantida através da implementação de medidas de rotatividade e/ou desfasamento de horários dos trabalhadores, salvaguardando todas as medidas profiláticas aplicáveis por orientação da DGS.
  4. Paralelamente, é assegurado o acesso à licença parental para acompanhamento de filhos até aos 12 anos, se essa for a vontade do trabalhador nos termos do regime definido pelo Governo, através do DI 10-A/2020, de 13 de março.

O Município continuará a acompanhar atentamente a evolução da situação e as decisões que forem sendo emitidas, quer pelas entidades de saúde pública, quer pelo Governo da República portuguesa.

O presente despacho entra em vigor no dia 18 de março de 2020, sem prejuízo da sua reavaliação assim que se justifique.

Comunique-se.

Oliveira do Bairro, 17 de março de 2020

O Presidente da Câmara

  
Duarte dos Santos Almeida Novo, Dr.